

– SRAG, de pacientes com suspeita ou diagnóstico confirmado da COVID-19, ativos e disponibilizados no Sistema SESLEITOS e cadastrados no CNES, no e-SUS Notifica Internações Hospitalares e inseridos no SAIPS pela SES/SC para autorização e restrito aos períodos não autorizados pelo Ministério da Saúde;

§. 2º Para fins de ressarcimento, o valor unitário da diária de UTI adulto ou pediátrico COVID será de R\$ 1.600,00 reais (um mil e seiscentos reais).

Art. 2º O levantamento dos períodos e do número de leitos informado pelo prestador será submetido à análise comparativa com os dados oficiais da Central de Regulação, Sistema SAIPS e do Sistema e-SUS Notifica Internações Hospitalares para a aferição dos valores devidos á título de ressarcimento;

§. 1º Para fins de cálculo dos valores devidos, serão considerados como fontes oficiais o Sistema de Gestão de Leitos – SESLEITOS e a Planilha de Controle de Leitos de UTI proveniente da Central Estadual de Regulação, o Sistema SAIPS e o Sistema e-SUS Notifica Internações Hospitalares;

§. 2º Para a análise dos dados do Sistema e-SUS Notifica Internações Hospitalares serão considerados somente os leitos que tenham alimentação de informações;

§. 3º Não serão computados leitos de UTI COVID-19 não informados em Planilha de Controle e/ou no SES LEITOS ou indisponíveis para as Centrais de Regulação de Internações Hospitalares ou não cadastrados no CNES, no Sistema SAIPS e no Sistema e-SUS Notifica Internações Hospitalares;

§.4º Não serão computados leitos de UTI previamente existentes, habilitados no SUS, mesmo que reservados preferencialmente para internação de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave – SRAG de pacientes com suspeita ou diagnóstico confirmado da COVID-19;

§. 5º Não serão computados leitos de suporte ventilatório e/ou leitos clínicos COVID- 19.

Art. 3º Do montante aferido será deduzido as diárias dos leitos de UTI devidamente autorizados pelo Ministério da Saúde, porém indisponíveis para as Centrais de Regulação de Internações Hospitalares, independentemente do motivo;

§. 1º As deduções que trata o caput deste artigo são aplicáveis aos prestadores sob gestão estadual e municipal;

§.2º Obrigatoriamente deverá ser enviado ofício, assinado pelo diretor da unidade hospitalar e pelo gestor do município sede, com a negativa de recebimento de recursos municipais para o custeio das diárias destes mesmos leitos.

Art. 4º A Superintendência de Serviços Especializados e Regulação solicitará a validação da Gerência de Articulação das Redes de Atenção à Saúde - GEARS quanto ao SAIPS e o e-SUS Notifica Internações Hospitalares. Após a validação, enviará para Gerência de Controle e Avaliação – GECHOA que emitirá parecer referente aos valores devidos e solicitará o empenho, envio de Nota Fiscal Eletrônica pelo prestador, para subsequente certificação. Será então, encaminhado ao Superintendente de Serviços Especializados e Regulação para deferimento e, por fim, remetido à Coordenação do Fundo Estadual de Saúde – COFES, para pagamento;

PARÁGRAFO ÚNICO - Para maior celeridade do processo de pagamento, havendo discordância relacionada aos valores, a unidade hospitalar deverá, de igual modo, emitir Nota Fiscal Eletrônica do valor incontroverso e encaminhar posteriormente novo ofício solicitando revisão dos valores aferidos.

Art. 5º Não serão ressarcidas as unidades hospitalares próprias da SES de administração direta e as unidades hospitalares próprias da SES administradas por Organizações Sociais - OS e unidade hospitalar universitária federal.

Art.6º As unidades hospitalares deverão fazer o lançamento das internações no Sistema de Internação Hospitalar - SIH do Ministério da Saúde.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 988 de 16 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 742027

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo 157105/2020 e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **ECO VIDA COMERCIO E INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICA EIRELI**, CNPJ 24.922.642/0001-06 a penalidade de MULTA no valor R\$ 5.615,28 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 189635/2020 -Edital nº 51/2019.

Cod. Mat.: 742106

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo 21550/2020 e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09DUOMED PRODUTOS MEDI-

COS HOSPITALARES EIRELI EPP, CNPJ 82.387.226/0001-51a penalidade de **ADVERTÊNCIA por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 1647/2020 -Edital nº 21/2019**.

Cod. Mat.: 741910

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

ERRATA AO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 2020TR001694.

DOE nº 21.530, de 28/05/2021 – ONDE SE LÊ: “CONVÊNIO Nº 2020TR001694”. **LEIA-SE:** “CONVÊNIO Nº 2019TR001694”.

Cod. Mat.: 741961

Segurança Pública

PORTARIA Nº 032/SSP DE 24.05.2021

O PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E PERÍCIA OFICIAL, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 106, §2º, da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019 e conforme o processo SSP 1899/2021, **RESOLVE:**

Instituir e nomear a Comissão para elaborar e acompanhar a revisão do PPA 2020-2023 e elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual 2022 (PLOA 2022) das unidades orçamentárias denominadas Fundo para Melhoria da Segurança Pública-FMSP e o Fundo Estadual de Segurança Pública-FESC.

Art. 1º Fica instituída a comissão para elaborar e acompanhar a revisão do PPA 2020-2023 e elaboração do PLOA 2022.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros: **Cb PM Jefferson Carlos Medeiros**, matrícula Mat. 927468-5; e o **Sd BM Jardel Roesler Martins**, matrícula Mat. 933524-2.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

CHARLES ALEXANDRE VIEIRA
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
Presidente do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial

Cod. Mat.: 742272

Polícia Civil

PORTARIA Nº 889/GAB/DGPC/PCSC, de 28/05/2021.

O DELEGADO GERAL DA POLICIA CIVIL, com base no Artigo 9º, inciso VI do Decreto nº 348 de 14/11/2019, e conforme processo PCSC 57125/2021, resolve **DESIGNAR** o Policial Civil inativo, ADRILEIA JOAO FARIAS, mat. nº 0253736201, para constituir o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública CTISP, pelo prazo de 02 anos, na 1ª DPCO ARARANGUA, com efeitos a contar de 01/06/2021.

PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742077

PORTARIA Nº 893/GAB/DGPC/PCSC, de 28/05/2021.

O DELEGADO GERAL DA POLICIA CIVIL, com base no Artigo 9º, inciso VI do Decreto nº 348 de 14/11/2019, e conforme processo PCSC 58172/2021, resolve **DESIGNAR** o Policial Civil inativo, JOSE UBIRATAN WENDT, mat. nº 0166305401, para constituir o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública CTISP, pelo prazo de 02 anos, na DPCAMI BALNEARIO CAMBORIU, com efeitos a contar de 01/06/2021.

PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742078

PORTARIA Nº 493/PCSC/DGPC/CORPC, de 28/05/2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Corregedora-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve, **SUBSTITUIR** a Delegada de Polícia Civil **Claudia Regina Bernardi Silva**, matrícula nº 283.256-9, Presidente da Comissão da **Sindicância Acusatória nº 003/2020**, pela Delegada de Polícia de Entrância Especial **Alina Zimmermann Largura**, matrícula nº 308.120-6.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor
Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742146

PORTARIA Nº 494/PCSC/DGPC/CORPC, de 28.05.2021.

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua **CORREGEDORA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas

atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão da Sindicância Acusatória nº 61/2019, mandada instaurar pela Portaria Nº 771/PCSC/DGPC/CORPC, de 06/08/2019, com efeitos a contar de **25.05.2021**.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor
Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742147

PORTARIA Nº 495/PCSC/DGPC/CORPC de 28.05.2021

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua **CORREGEDORA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão da Sindicância Acusatória nº 06/2020, mandada instaurar pela Portaria Nº 1237/PCSC/DGPC/CORPC, de 05/12/2019, com efeitos a contar de **25.05.2021**.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor
Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742149

PORTARIA Nº 496/PCSC/DGPC/CORPC, de 28.05.2021

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua **CORREGEDORA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão da Sindicância Acusatória nº 12/2020, mandada instaurar pela Portaria Nº 577/PCSC/DGPC/CORPC, de 22/06/2020, com efeitos a contar de **23.05.2021**.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor
Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742150

PORTARIA Nº 497/PCSC/DGPC/CORPC, de 28.05.2021

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua **CORREGEDORA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão da Sindicância Acusatória nº 13/2020, mandada instaurar pela Portaria Nº 582/PCSC/DGPC/CORPC, de 06/07/2020, com efeitos a contar de **23.05.2021**.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor
Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742151

PORTARIA Nº 498/PCSC/DGPC/CORPC, de 28.05.2021

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua **CORREGEDORA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão da Sindicância Acusatória nº 20/2021, mandada instaurar pela Portaria Nº 91/PCSC/DGPC/CORPC, de 05/02/2021, com efeitos a contar de **20.05.2021**.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor
Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742152

PORTARIA Nº 098/DIAF/DGPC/PCSC, de 28/05/2021

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 099/CPL/DGPC/2021. PCSC 56173/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO
Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742170

PORTARIA Nº 099/DIAF/DGPC/PCSC, de 28/05/2021

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 091/CPL/DGPC/2021. PCSC 55619/2021.

VALÉRIO ALVES DE BRITO
Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742177

PORTARIA Nº 499/PCSC/DGPC/CORPC, de 28/05/2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Corregedora-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **SUBSTITUIR** a Delegada de Polícia Civil de Entrância Especial **Cláudia Regina Bernardi da Silva**, matrícula nº 283.256-9, Presidente da Comissão da **Sindicância Acusatória nº 09/2019**,